

# Trabalhadores, sindicatos e lutas por direitos na Bahia no final da Segunda Guerra Mundial

Workers, trade unions and struggles for rights in Bahia at the end of the Second World War

Edinaldo Antonio Oliveira Souza\*

**Resumo:** A conjuntura do final da Segunda Guerra Mundial e o processo de democratização no Brasil redimensionaram as perspectivas de participação política e social da classe trabalhadora, após o impacto da escalada repressora que se abateu sobre suas lideranças e organizações, durante a maior parte do Estado Novo. Foi também um contexto de aproximação entre os trabalhadores, o discurso e os organismos jurídicos e administrativos trabalhistas, sobretudo as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Justiça do Trabalho e a estrutura sindical corporativista. Nesse contexto, comunistas, trabalhistas e outras correntes sindicais tanto atuaram conjuntamente, quanto disputaram posições na organização e nas ações reivindicatórias dos trabalhadores. Este artigo analisa as formas como as lideranças sindicais e setores do operariado baiano receberam os discursos do “esforço de guerra”, do quererismo/trabalhismo e da União Nacional<sup>1</sup>, procurando apreender as demandas, expectativas e formas de mobilização de sindicalistas e parcelas da classe trabalhadora baiana na luta por direitos, no contexto da redemocratização.

**Palavras-chave:** Trabalhadores; Segunda Guerra; Cidadania.

**Abstract:** The conjuncture of the end of World War II and the process of democratization in Brazil reshaped the perspectives of political and social participation of the working class, after the impact of the repressive escalation that fell on their leaders and organizations during most of the Estado Novo. It was also a context of rapprochement between workers, discourse and labor legal and administrative bodies, especially the Regional Labor Precincts (DRTs), the Consolidation of Labor Laws (CLT), the Labor Justice and the corporative union structure. In this context, communists, labor and other trade unions both acted jointly and disputed positions in the workers' organization and claims. This article analyzes the ways in which the trade union leaders and sectors of the Bahian working class welcomed the discourses of the “war effort”, of the labor / laborism and of the “National Union”, trying to apprehend the demands, expectations and forms of mobilization of unionists and portions of Bahian working class in the struggle for rights, in the context of democratization.

**Keywords:** Workers; Second War; Citizenship.

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0849-3981>. E-mail: [edyaosouza@gmail.com](mailto:edyaosouza@gmail.com).

<sup>1</sup> Linha de ação política preconizada pelo PCB, a partir da Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943, que se desdobrou no apoio dos comunistas ao esforço de guerra, na defesa da Constituinte com Getúlio e na adesão ao “quererismo”.

*Não é possível paz, progresso e democracia sem ou contra o movimento operário.*

Juvenal Souto Júnior

## Introdução

Em janeiro de 1945, no comício comemorativo pelo terceiro aniversário do rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo, do alto de um palanque instalado pela Prefeitura de Salvador, na Praça da Sé, o líder portuário Juvenal Souto Júnior<sup>2</sup> ressaltou o apoio dos trabalhadores baianos à política de guerra do governo brasileiro contra o fascismo e conclamou a união do povo e a unidade da classe operária para, no final da guerra, continuar lutando “pelo progresso do Brasil e por uma paz democrática, bem como pelo bem-estar social do povo brasileiro e por uma legislação trabalhista cada vez mais aperfeiçoada”.<sup>3</sup> A epígrafe acima foi extraída de outro discurso, pronunciado pelo mesmo personagem durante a solenidade de abertura do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, em 1º de maio de 1946.<sup>4</sup>

Juvenal Júnior foi um dos ativistas sindicais que se destacaram no final da Segunda Guerra e no contexto da redemocratização na Bahia. Participou ativamente da organização do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos (em maio de 1945 e maio de 1946, respectivamente). Integrou a chapa do Partido Comunista do Brasil (PCB) nas eleições para a Constituinte, em dezembro de 1945, quando obteve 2.823 votos, ficando como suplente de Carlos Marighela (único deputado federal eleito pelo PCB baiano, com 5.188 votos). Seu discurso expressa tanto a influência da linha de União Nacional, preconizada pelo Partido Comunista do Brasil naquela conjuntura histórica, quanto o ponto de vista do sindicalista em relação à participação dos trabalhadores no contexto da democratização.

Na Bahia, assim como noutros estados do Brasil, a conjuntura do final da Segunda Guerra e do processo de democratização foi marcada pelo revigoreamento do movimento sindical e pela irrupção de inúmeras ações reivindicatórias dos trabalhadores. Em linhas gerais, os fatores que motivaram a ascensão das lutas sindicais nessa conjuntura são bastante conhecidos: no plano externo, a iminente derrota do nazifascismo impulsionou o avanço dos movimentos pró-democracia em nível internacional; no plano interno, a mobilização popular contra o nazifascismo e

<sup>2</sup> Juvenal Souto Júnior, líder portuário, negro, participou ativamente das principais ações do movimento sindical na conjuntura após Segunda Guerra.

<sup>3</sup> O povo unido contra o fascismo e por uma paz duradoura. **O Imparcial**, Salvador, 30 jan. 1945. p. 5.

<sup>4</sup> NÃO é possível democracia contra o proletariado. **O Momento**, Salvador, 3 maio 1946. p. 1, 6.

o integralismo, os efeitos do “esforço de guerra” e o degelo do Estado Novo possibilitaram a vivificação dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, bem como o retorno de antigas e o surgimento de novas lideranças sindicais.

## Trabalhadores e mobilização patriótica na Bahia

Na Bahia, segundo reportagem de *O Imparcial*<sup>5</sup>, “não faltaram braços” para impulsionar o “esforço de guerra”. De acordo com o articulista, durante o conflito mundial, a crise, a carestia e a fome atingiram duramente a maioria da população. O povo baiano “sentiu a guerra na sua própria carne”. Embora expressando certo ufanismo regionalista, que se inseria numa estratégia retórica das elites locais, interessadas em alcançar maior projeção política no cenário do pós-guerra, a matéria sinaliza os efeitos do esforço de guerra no cotidiano dos trabalhadores baianos.<sup>6</sup>

Além do aumento do custo de vida e da falta de gêneros de primeira necessidade, um conjunto de medidas governamentais impactou duramente o cotidiano dos trabalhadores. Sucessivas alterações jurídicas impuseram várias restrições à legislação trabalhista, favorecendo a exploração patronal sobre a força de trabalho. Dentre outros aspectos, promoveram a ampliação da carga horária de trabalho, restringiram o direito de férias, autorizaram o trabalho noturno para mulheres e menores em alguns setores econômicos. As faltas a partir do oitavo dia

<sup>5</sup> Jornal diário, editado em Salvador desde 1918 até 1947. Nos anos 1930, apoiou abertamente o Integralismo na Bahia. Na década de 1940, era dirigido por Wilson Lins, filho do coronel Franklin Lins do Albuquerque, importante chefe político do interior da Bahia. No contexto de participação do Brasil na Segunda Guerra, *o Imparcial* apresentava uma linha editorial e ideológica de tendência liberal, destacando-se na campanha contra o “quinta-colunismo” e na defesa da política de “união nacional pela democracia e pelo progresso”. Nessa época, ajudou a propagar as principais bandeiras democráticas: eleições, anistia, constituinte, liberdade de imprensa etc. Em 1945, abriu espaço para os comunistas e outras correntes de esquerda favoráveis à tese da União Nacional e à democracia. Todavia, a partir de 1946, a simpatia dedicada a Prestes e aos seus correligionários logo se converteu radicalmente numa postura anticomunista, prenunciando o contexto da guerra fria. Ver: FERREIRA, Laís Mônica Reis. **O integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em *O Imparcial*, 1933-1937**. Salvador: Edufba, 2009. Ver também acervo de *O Imparcial*. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor de jornais raros.

<sup>6</sup> MARQUES, Carlos. O que a Bahia espera da paz. **O Imparcial**, Salvador, 6 fev. 1945, pp. 4, 8. Sobre o movimento patriótico e o “esforço de guerra” na Bahia, ver também: SAMAPIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. **Olho da História: Revista de História Contemporânea**. Salvador, nov. 1995, n. 1, p. 89-105; VAZQUEZ, Petilda Serva. **Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia – 1942/1947**. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986; TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. ampl. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador: Edufba, 2001; SILVA, Marina Helena Chaves. **Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. 2007. 327 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007; MOUTINHO, Augusto C. Machado. **A Bahia na guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

passaram a ser consideradas abandono de emprego e a recusa do empregado em mudar de posto ou sessão de trabalho, motivo de dispensa.

Pelo Decreto-lei 4.766, de 1º de outubro de 1942, a participação em movimentos de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, nos setores industriais considerados essenciais à defesa nacional, tornava-se passível de condenação, com reclusão de dois a seis anos, por prática de violência contra pessoas ou coisas. Além disso, o Decreto-lei 5.821, de 16 de setembro de 1943, que vigorou até fevereiro de 1945, impossibilitou, na prática, a instauração de dissídios coletivos na Justiça do Trabalho. A partir de julho de 1944, a indústria têxtil também foi considerada de ‘interesse nacional’.<sup>7</sup>

Por outro lado, a mobilização dos sentimentos patrióticos, em função do “esforço de guerra”, contribuiu para reforçar os apelos governistas pela conciliação e colaboração de classes, bem como para a divulgação e exaltação da política trabalhista, sinalizando novas perspectivas de participação política e de garantias jurídicas para os trabalhadores. No 1º de maio de 1944, quando já se projetava uma vitória dos Aliados sobre o nazifascismo, Getúlio discursou:

Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos. Haveis compreendido, com a mesma inteireza de ânimo posta no desempenho das tarefas quotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos. Estais voltados ao bem da Pátria, junto às vossas máquinas, nas vossas oficinas, como estarão amanhã os nossos jovens e bravos soldados nos campos de batalha...; felizmente para o Brasil, os elementos de discórdia, os motivos de desentendimento interno não existem. A evolução das relações do trabalho e do capital não assumiu entre nós, graças às medidas adequadas do Governo, aspectos insolúveis, como noutros países.<sup>8</sup>

A ênfase da retórica de Getúlio no comportamento ordeiro dos trabalhadores, tanto corroborava seus apelos ao “esforço de guerra”, quanto alimentava expectativas dos empregados em torno da política trabalhista. Conforme Ângela de Castro Gomes, a “invenção do trabalhismo” articulava “uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação trabalhista, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações”, apropriando-se assim da experiência de luta dos próprios trabalhadores. Emerge, daí, um discurso “capaz de articular valores, ideias,

<sup>7</sup> Ver: COSTA, Hélio. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1995; SILVA, Fernando T. **A carga e a culpa**: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Santos: Hucitec, 1995; FRENCH, J. D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo. São Paulo: Hucitec. 1995.

<sup>8</sup> Trecho extraído do discurso do Presidente Getúlio Vargas, durante as comemorações do 1º de Maio de 1944, no Estádio Pacaembu, na capital paulista.

tradições e modelos de organização”, em que “o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto”.<sup>9</sup>

*Pari passu* com o degelo do Estado Novo, verificou-se o envolvimento de ativistas sindicais e parcelas da classe trabalhadora nas principais questões que agitaram o cenário político da época, como as campanhas contra o nazifascismo e o integralismo, pela Assembleia Constituinte e o estabelecimento de uma Constituição democrática, a anistia, a convocação de eleições livres, bem como no quererismo.<sup>10</sup> Geralmente, essas campanhas de mobilização popular acenavam com promessas de progresso econômico, liberdade democrática, justiça social e solução das reivindicações sentidas do proletariado, nutrindo perspectivas de uma vida melhor no final da guerra.<sup>11</sup> Apesar das reservas do regime vigente no que tange à perspectiva de mobilização de massas, a participação nesses movimentos pluriclassistas abriu caminho para a retomada do processo de organização e mobilização coletiva dos trabalhadores, no âmbito da esfera pública.

Formado durante o Estado Novo, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Salvador foi um dos primeiros a se solidarizar com o movimento de mobilização popular para a guerra contra o nazifascismo. Em 1942, promoveu a criação da Legião dos Comerciários, que teve destacada atuação no movimento patriótico na Bahia, tomando parte nas campanhas pelas reivindicações democráticas e populares.<sup>12</sup> Numa crônica de 1943, Jorge Amado situou os empregados do comércio ao lado dos estudantes e dos médicos “na primeira fila dos patriotas que vieram à rua pedir a guerra, quando os irmãos foram vitimados pelo nazi-integralismo<sup>13</sup> e que, depois, continuaram numa trincheira de luta contra os inimigos da Pátria”.<sup>14</sup> Embora a

<sup>9</sup> GOMES, Ângela de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 24-25

<sup>10</sup> De acordo com José R. Fontes, embora o quererismo não tenha chegado a empolgar as massas baianas, ajudou a divulgar o PTB, seus programas políticos e suas bandeiras sociais em círculos mais abrangentes do meio operário (FONTES, José R. **A Bahia de todos os trabalhadores**. Classe operária, sindicatos e política – 1930-1947. 466 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1997.

<sup>11</sup> MARQUES, op. cit.

<sup>12</sup> O Sindicato dos Empregados no Comércio do Salvador foi criado por força do Decreto-lei federal nº 1402, de 5 de julho de 1939, a partir da fusão de quatro organizações sindicais de comerciários preexistentes, e foi reconhecido oficialmente em 1940. (Pequena história dos sindicatos. O Sindicato dos Empregados no Comércio da Cidade do Salvador. **O Momento**, Salvador, 23 abr. 1945. p. 3)

<sup>13</sup> Sobre a expressão nazi-integralismo, grafada na fonte, convêm ponderar que, sem desconsiderar as aproximações entre o integralismo e os fascismos europeus, desde o final da década de 1970, diversos estudos têm apontado para a necessidade de compreensão das especificidades desses fenômenos históricos. (A título de exemplo, ver: VASCONCELOS, Gilberto. **A ideologia curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979; CALDEIRA NETO, Odilon. **Sob o signo do Sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo**. Maringá: EDUEM, 2014. Para um balanço historiográfico sobre o integralismo, consultar: BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932 – 2007)**. Jaboticabal: Funep, 2010).

<sup>14</sup> OS COMERCIÁRIOS, por Jorge Amado. **O Imparcial**, Salvador, 27 ago. 1943, apud VAZQUEZ, op. cit., p. 60.

exaltação dos comerciários também expressasse uma idealização bastante corriqueira no pensamento da esquerda na época, que tomava a classe média como vanguarda esclarecida das transformações sociais, outras fontes corroboram a importante participação da categoria em ações reivindicatórias naquela conjuntura.

Juntamente com a campanha patriótica e democrática, o Sindicato dos Comerciários teve destacada atuação na luta contra a carestia, inclusive enviando memoriais às autoridades competentes, reivindicando reajuste dos salários e pleiteando outros benefícios para os trabalhadores. Também apresentou sugestões contra a especulação e o câmbio negro e solidarizou-se com os estudantes baianos na campanha contra o aumento no preço dos bondes da Companhia Linha Circular (CLC), em Salvador. Num memorial dirigido ao presidente Getúlio Vargas, reivindicou aumento de salários, decretação da semana inglesa, ampliação do período de férias para 25 dias úteis, estabilidade no emprego após cinco anos de serviço, participação nos lucros das empresas, pagamento integral do salário pelo Instituto de Aposentadoria, durante o período de enfermidade do associado, e sindicalização obrigatória. À Associação Comercial e à Federação do Comércio reivindicou alimentação mais barata, restaurantes e cooperativas de subsistência e vilas operárias. Também denunciou à DRT o desrespeito, pelos comerciantes, do horário de encerramento das atividades, que os impedia de frequentar a escola noturna mantida pelo sindicato, cobrando as providências cabíveis.<sup>15</sup>

O apelo patriótico mobilizado pelas campanhas do esforço de guerra e pró-democracia, aliado ao empenho das lideranças desses movimentos para atrair o apoio dos trabalhadores, tanto ajudaram a difundir o projeto trabalhista, quanto a estreitar as ligações dos sindicatos e do ativismo operário com suas bases. Na Bahia, em junho de 1945, foi organizada a Semana Trabalhista contra o integralismo, promovida por organizações patrióticas e pelo MUT, com o apoio do delegado regional do Trabalho, Amílcar de Faria Cardoni, quando foram realizadas assembleias em vários sindicatos, como os dos Marceneiros, Empregados no Comércio Armazenador, Padeiros, Empregados em Hospitais e Casas de Saúde, Barbeiros, Portuários, Jornaleiros e Estivadores.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> VAZQUEZ, Petilda Serva, op. cit. Ver também: Memorial. **A Tarde**, Salvador, 15 fev. 1945, p. 8.

<sup>16</sup> Amílcar de Faria Cardoni, advogado de formação, ocupou o cargo de delegado regional do Trabalho entre abril e dezembro de 1945. Sua gestão coadunou com a política democratizante que estava em curso, desde o início de 1945. Neste sentido, assumiu uma postura tolerante em relação ao movimento operário e empenhou-se em resguardar o princípio da conciliação entre empresariado e trabalhadores, numa conjuntura de frequentes movimentações reivindicatórias. Contudo, não deixou de lançar mão de medidas coercitivas, quando as ações trabalhistas extrapolavam os limites permitidos pelo Ministério do Trabalho (FONTES, J.R., op. cit., p. 234-5).

O MUT também promoveu assembleias e organizou comícios em locais de grande concentração operária de Salvador, como Plataforma, Boa Viagem e as docas do porto, buscando acessar os trabalhadores e seus familiares. Também foram fundadas Comissões Democráticas Populares<sup>17</sup> em locais de grande concentração popular, como Alto de Peru, Itapagipe, Pelourinho e Baixa dos Sapateiros.<sup>18</sup>

Em 1945, enquanto tomavam parte na campanha democrática, diversos setores do operariado baiano, a exemplo dos comerciários, portuários, têxteis, ferroviários, canavieiros, fumageiros, transviários e outros, mobilizaram ações reivindicatórias por aumento de salários, contra a carestia, por melhores condições de trabalho, pela revisão, ampliação e materialização da legislação trabalhista e pela moradia. Juntamente com essas reivindicações, içaram as bandeiras da liberdade, autonomia e unidade sindical e em defesa do direito de greve.

Sem embargo das medidas democratizantes paulatinamente anunciadas pelo governo (anistia, legalização dos partidos políticos, convocação de eleições, relaxamento da censura, entre outras), nos mundos do trabalho ainda pairavam tanto o despotismo patronal, quanto a repressão institucionalizada (Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, os princípios autoritários da Carta de 1937 e os dispositivos da legislação trabalhista restritivos da liberdade sindical e do direito de greve).<sup>19</sup>

Diversas situações reportadas na imprensa e relatadas pelos trabalhadores nos autos dos processos trabalhistas dão conta de que tais expedientes, tanto eram acionados para conter os movimentos reivindicatórios, quanto para punir empregados neles envolvidos.<sup>20</sup> Quando as ações dos trabalhadores extrapolavam

<sup>17</sup> As Comissões Democráticas Populares correspondiam aos Comitês Populares Democráticos. Ver: SILVA, Raquel Oliveira. Comitês Populares Democráticos: a interação entre os comunistas e a 'plebe' em Salvador (1945-1946). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo: USP, 2011.

<sup>18</sup> ASSEMBLEIAS nos sindicatos contra o integralismo. **O Imparcial**, Salvador, 5 jun.1945, p. 1 e 5.

<sup>19</sup> Para uma abordagem da relação entre o despotismo patronal e a repressão institucionalizada no pós-guerra, ver: NEGRO, Antonio L. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978**. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>20</sup> BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (5ª Região). Memorial. Processos JT 522/48; MTRT 278 e MTRT 318. Ver também: O DELEGADO do Trabalho é contra os trabalhadores. **O Momento**, Salvador, 24 set. 1945. p. 1, 8; Irregularidades na Fábrica de Tecidos de Nazaré. Idem, 12 nov. 1945. p. 3; Os ferroviários reivindicam o direito de sindicalização. Idem, 31 dez. 1945, p. 3; Não houve trabalho ontem no Curtume Bragança. **Diário da Bahia**, Salvador, 16 jan. 1946. Coluna do trabalhador, p. 2; 3º CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores Baianos: contra a suspensão e demissão de bancários. **O Imparcial**, Salvador, 12 fev. 1946. p. 2. Ver também: NEGRO, Antônio L.; SOUZA, Edinaldo A. O. Que 'fosse procurar os seus direitos': Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). In: GOMES, Ângela C.; SILVA, Fernando T. (org.). **A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas, Unicamp, 2013. p. 123-156.

os limites considerados toleráveis, na lógica do paternalismo industrial<sup>21</sup>, o empregador recorria aos métodos coercitivos do despotismo patronal. Quando estes se mostravam insuficientes para restaurar a ordem e a disciplina no local trabalho, ele apelava para a repressão institucionalizada, em suas vertentes administrativa, policial e jurídica.

### **Trabalhadores, sindicatos, democracia e a “União Nacional”**

No final da Segunda Guerra, a política de União Nacional<sup>22</sup> aproximou os comunistas, tanto de trabalhistas e queremistas, quanto de alguns setores da oposição liberal engajados na campanha pró-democracia. Entre os comunistas, essa orientação política já se esboçava desde fins de 1938, contudo, tornou-se hegemônica após a Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943, quando se consagrou, na direção do Partido Comunista do Brasil (PCB), a linha de colaboração com o governo de Getúlio. Animado pelo sucesso da “frente única” no plano internacional e pela atuação das frentes patrióticas e democráticas no âmbito nacional, o PCB preconizava uma união das “forças progressistas” – que incluíam o operariado, as classes médias e setores da burguesia nacional - contra o nazifascismo e o integralismo e pró-democracia, apostando suas fichas na via democrática.

Sistematizada por Prestes, ainda na prisão, ideologicamente a política de “União Nacional” representava uma tentativa do PCB de transpor para a realidade brasileira uma diretriz dominante no campo das esquerdas, em nível internacional, para a conjuntura do pós-guerra, que atribuía à classe operária um papel basilar no processo de consolidação da paz e da democracia, mediante a colaboração com setores “progressistas” e “democráticos” das classes dominantes. Politicamente, pretendia contribuir para a consolidação e ampliação das conquistas democráticas, evitando sobressaltos que pudessem servir de pretexto para retrocessos autoritários.

---

<sup>21</sup> O termo paternalismo industrial está sendo tratado aqui como via de mão dupla, uma relação que comporta reciprocidades, tensões, luta de classes, a visão de mundo dos “de baixo”. Ver: THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ver também: LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe**. São Paulo: Marco Zero, 1988; NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 11, n. 20/21, 2004. p. 9-36.

<sup>22</sup> O programa mínimo de União Nacional preconizava quatro princípios gerais: 1) instauração e aperfeiçoamento de um regime democrático, baseado na cooperação política das classes; 2) reestruturação econômica nacional, pelo desenvolvimento planejado da grande indústria, da grande agricultura, dos transportes e do crédito, com garantias à iniciativa privada e à expansão da grande e da pequena propriedade agrária “progressista”; 3) criação de um grande mercado interno, pela contínua elevação do nível material e cultural de vida da classe média e do proletariado urbano e rural; 4) aprofundamento das relações internacionais do Brasil com todas as Nações Unidas e amantes da paz. Ver: O MANIFESTO das esquerdas. **O Imparcial**, Salvador, 13 abr. 1945. p. 1 e 4.

Aliados a isto, os comunistas aspiravam a efetivação da anistia política, a legalização e o soerguimento do PCB, após a repressão imposta pelo Estado Novo.<sup>23</sup>

No plano sindical, a política de União Nacional desdobrou-se na aliança dos comunistas com trabalhistas e getulistas, na formação do MUT e na recomendação para que os trabalhadores “apertassem o cinto” e evitassem as greves antes que todos os recursos legais fossem esgotados.<sup>24</sup> No início de abril de 1945, o MUT divulgou uma nota desaconselhando “quaisquer movimentos grevistas e agitações” que não se fundassem em “justas aspirações econômicas e sociais”. A decisão pela greve só deveria ser tomada por meio de amplas assembleias, dentro dos sindicatos e depois de esgotados todos os recursos pacíficos. Essa orientação pretendia evitar que as inquietações operárias servissem de pretexto para que forças da “reação” refreassem o processo de democratização.<sup>25</sup>

Na mesma época, foi divulgado, pela imprensa, um manifesto das federações sindicais do Rio de Janeiro aos sindicatos e aos trabalhadores em geral, desaconselhando as greves e recomendando a instauração de dissídios individuais ou coletivos na Justiça do Trabalho, sob pretexto de que “elementos mal intencionados” procuravam instigar a confusão nos meios proletários, jogando os trabalhadores contra o Ministério do Trabalho, enquanto este se esforçava, pelos meios legais, para resolver seus problemas e atender aos seus justos anseios.<sup>26</sup> O documento foi subscrito e assinado pelos presidentes de 16 sindicatos baianos com a justificativa de “evitar infiltrações de elementos interessados em lançar a discórdia nos meios trabalhistas e provocar greves sob diversos pretextos”. Em seguida, foi encaminhado à DRT e publicado pelo jornal *O Imparcial*.<sup>27</sup>

Apesar disso, o MUT e os ativistas e dirigentes sindicais a ele vinculados não deixaram de apoiar as reivindicações dos trabalhadores. Como consta em diversos estudos, não existe uma simetria entre a orientação da cúpula partidária e

<sup>23</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Aos comunistas o que convém é a consolidação das conquistas democráticas. *O Imparcial*, Salvador, 20 abr. 1945, p. 5. Documento datado de 23 de maio de 1944. Ver também: MARANHÃO, Ricardo. **Sindicalismo e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979; COSTA, op. cit. Sobre o PCB na Bahia, ver: FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci** (20 anos de clandestinidade). 2. ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000; SENA JÚNIOR, Carlos Z. de. **Os impasses da estratégia**: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936 – 1948. São Paulo: Annablume, 2009; SERRA, Sônia. **O Momento**: história de um jornal militante. 1987. 289 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987; FONTES, José R., op. cit.

<sup>24</sup> Ver: COSTA, op. cit.; NEGRO, Antonio L. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. *História*, São Paulo, v. 21, 2002. p. 251-282.

<sup>25</sup> O MOVIMENTO Unificador dos Trabalhadores desaconselha as greves. *O Imparcial*, Salvador, 7 abr. 1945. p. 1.

<sup>26</sup> O PROLETARIADO contra as greves de provocação. Manifesto das Federações dos Trabalhadores aos grevistas. *O Imparcial*, Salvador, 7 abr. 1945. p. 4.

<sup>27</sup> UM MANIFESTO dos trabalhadores baianos. *O Imparcial*, Salvador, 17 abr. 1945. p. 5.

o comportamento dos trabalhadores. O PCB “não era um bloco monolítico”, as lideranças sindicais não atuavam como meras “correias de transmissão” das diretrizes de cúpula, nem os trabalhadores eram uma “massa de manobra”. Em estudo ambientado no Rio Grande do Sul, Alexandre Fortes observou que a militância de base “estava longe de aplicar cegamente” a linha sindical do partido “sobre uma base amorfa”. Para imprimir uma direção e influência junto às bases, esses ativistas tiveram que reelaborar “as orientações partidárias a partir da sua experiência como operários”.<sup>28</sup> Essas ambiguidades e contradições, como assinalou Antônio L. Negro, marcaram as relações dos comunistas com as lutas sociais, na conjuntura do imediato pós-guerra.<sup>29</sup>

Nela, as lideranças sindicais experimentaram o malabarismo de defender a política de “ordem e tranquilidade”, recomendada pelos seus interlocutores políticos e, ao mesmo tempo, apoiar as ações reivindicatórias dos trabalhadores. No final de abril, em entrevista concedida à reportagem de *O Momento*<sup>30</sup>, o presidente do Sindicato dos Estivadores na Bahia, José de Jesus Silva<sup>31</sup>, um dos sindicalistas baianos que assinaram o manifesto contra as greves, justificou-se:

Ora, nenhum trabalhador pode ser contra a greve. Ela é uma das armas essenciais para a defesa do proletariado. É uma conquista que custou grandes sacrifícios aos trabalhadores de todo o mundo... No Brasil, nós lutamos para garantir este direito. Somos desfavoráveis às greves provocadas em benefício de terceiros e não da classe operária. Somos ainda desfavoráveis a certos tipos de greve, neste momento, porque as mesmas poderão ser aproveitadas pelos nossos inimigos, para deter as conquistas do povo, entre as quais está o próprio direito de greve. Somos pela resolução pacífica de nossas questões, empregando a greve somente quando já estiverem esgotados todos os recursos para um entendimento entre patrões e trabalhadores.<sup>32</sup>

Esse mesmo ponto de vista foi expresso pelo presidente do Sindicato dos Barbeiros, Otávio Meira Cotrim<sup>33</sup>, integrante da comissão organizadora do Segundo

<sup>28</sup> FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931 - 1945). In: FORTES, A. et. al.. **Na luta por direitos**: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora Unicamp, 1999. p. 39.

<sup>29</sup> NEGRO, op. cit.

<sup>30</sup> Jornal editado pelo Partido Comunista na Bahia, desde abril de 1945 até novembro de 1957. Inicialmente, saía em edição semanal; a partir de 1946, passou a ter publicação diária. (Ver: SERRA, op. cit.)

<sup>31</sup> José de Jesus Silva não era fichado como comunista; participou da organização do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais, integrando, respectivamente, a Comissão de Propaganda e a Comissão Organizadora. Também participou da organização da União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB).

<sup>32</sup> OS OPERÁRIOS não têm candidatos. **O Momento**, Salvador, 30 abr. 1945. p. 5.

<sup>33</sup> Otávio Meira Cotrim era fichado como comunista, no DOPS; integrava o Comitê Estadual (CE) do PCB na Bahia, instalado em julho de 1945. Ver: Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais

Congresso Sindical. Apesar de condenar as greves “feitas precipitadamente”, ele fez questão de ressaltar que não era contra o direito de greve, mas que naquele contexto não era justo promover “certos movimentos grevistas” que podiam prejudicar a marcha da democratização. Por fim, concluiu que a greve era uma arma dos trabalhadores, mas que era preciso saber usá-la com cuidado, porque “senão o tiro podia sair pela culatra”.<sup>34</sup>

Certamente, muitos ativistas e lideranças sindicais - sobretudo a geração formada nas lutas operárias do início da década de 1930 - não assimilaram passivamente a orientação para evitar as greves, ainda mais num contexto em que as inquietações trabalhistas extrapolavam os locais de trabalho e ganhavam o espaço público. A experiência acumulada nas lutas pretéritas não foi apagada da memória desses trabalhadores, apesar da repressão e das estratégias de cooptação empreendidas pelo Estado Novo, contudo precisava ser ressignificada em função das novas questões que se apresentavam no presente.

Em maio, durante a solenidade de abertura do Segundo Congresso Sindical, o marceneiro Manuel Batista de Souza<sup>35</sup>, orador oficial do evento, afirmou que a classe trabalhadora compreendia que “somente dentro da ordem e pacificamente seriam encontradas as soluções mais justas para as suas aspirações”. Mas ressaltou que a condição precípua para que ela seguisse essa orientação era ter assegurada a sua “independência de ação” e respeitados seus direitos elementares “a uma vida digna, sem miséria, com trabalho certo, bem remunerado e em completa liberdade”.<sup>36</sup> Este era o ponto de vista de um ativista sindical formado na geração do início da década de 1930, que tinha representatividade e mantinha uma relação efetiva com sua base.

Para os organizadores do conclave, a colaboração dos sindicatos com a política de ordem e tranquilidade não se incompatibilizava com as reivindicações

---

Militantes do Partido Comunista na Bahia. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, fls. 357-363.

<sup>34</sup> NOSSA bandeira é a mesma do proletariado mundial. **O Momento**, Salvador, 23 abr. 1945, p. 5.

<sup>35</sup> O marceneiro Manuel Batista de Souza era antigo ativista sindical na Bahia. Militante comunista desde 1932, participou da reorganização do PCB, integrando o Comitê Regional (1942) e o Comitê Estadual (1945), no posto de secretário sindical; teve participação destacada na conjuntura da guerra e no pós-guerra. Em 1945, ocupou o posto de secretário geral do MUT na Bahia, participou da organização do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos. Em 29 de outubro, foi preso pelo movimento que depôs Getúlio Vargas. Já em liberdade, em dezembro teve seu nome aprovado pelo Comitê Nacional para disputar as eleições para a Assembleia Constituinte. Em 1946, participou da organização do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos e da fundação da USTB. Também integrou a seção estadual da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Ver: Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia, op. cit. OS CANDIDATOS do povo baiano à Constituinte. **Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 22 nov. 1945. APERJ, fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, fl. 316.

<sup>36</sup> O PROLETARIADO será um baluarte da ordem e da paz. **O Momento**, Salvador, 7 maio 1945. p. 4-5.

trabalhistas por melhores condições de trabalho, aumentos de salário, dignidade e bem-estar social, nem tampouco com a defesa do direito de greve e dos princípios da autonomia, liberdade e unidade sindical.<sup>37</sup> Ao contrário, estes eram atributos essenciais à “participação ativa e efetiva dos sindicatos e do operariado na vida pública e na solução dos problemas da própria classe trabalhadora”.<sup>38</sup>

Na perspectiva dessas lideranças sindicais e, certamente, dos próprios trabalhadores, o sacrifício em defesa da pátria e a colaboração pela democracia vinculavam-se à luta por justiça social e em defesa dos direitos trabalhistas. Logo, alimentavam expectativas de contrapartidas com a ampliação de direitos e melhorias sociais. Isto ficou evidenciado também num memorial enviado pelo Sindicato dos Padeiros de Salvador, em maio de 1945, à Associação dos Estabelecimentos de Padaria, reivindicando aumento salarial. O documento afirmava que, durante o “esforço de guerra”, o proletariado havia cooperado “com a melhor boa vontade” pelo êxito da pátria e para que muitas empresas auferissem lucros extraordinários. Ao mesmo tempo, denunciava que, ao término da guerra, os trabalhadores encontravam-se “subalimentados e doentes”, pois ninguém podia negar que o ônus maior do desajustamento entre salário e o custo de vida “recaía sobre a classe obreira”. Logo, esperavam “senão uma recompensa” pelo esforço empenhado, “pelo menos uma justa remuneração”.<sup>39</sup>

No início de 1946, diante da pressão dos trabalhadores e sentindo-se “cada vez mais longe do poder”, o PCB começou a “rever a sua política de ordem e tranquilidade”<sup>40</sup> e a tratar com menos ressalva as greves. Em abril, numa sabatina realizada pela reportagem de *O Momento*, o ativista portuário Cosme Ferreira<sup>41</sup> conclamou seus companheiros a permanecer “unidos, vigilantes, dentro da ordem e da tranquilidade” para não darem motivos para a “reação”. Mas, ressaltou que não deviam “cruzar os braços diante da fome e da miséria, porque lutar contra a fome é lutar por tranquilidade”.<sup>42</sup> Nesse contexto, o governo Dutra já havia publicado o

<sup>37</sup> Essas bandeiras, içadas por algumas categorias operárias, integraram as teses e resoluções do Segundo e do Terceiro Congresso Sindicais dos Trabalhadores Baianos.

<sup>38</sup> O proletariado será um baluarte da ordem e da paz, op. cit.

<sup>39</sup> OS PADEIROS querem o acréscimo de sessenta por cento nos seus salários. Memorial apresentado à Associação dos Estabelecimentos de Padaria nesta capital. **O Imparcial**, Salvador, 17 maio 1945. p. 3

<sup>40</sup> SILVA, Fernando T.; NEGRO, Antônio L. Trabalhadores, sindicatos e política, (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 57. (O Brasil Republicano; v. 3).

<sup>41</sup> Cosme Ferreira era ativista comunista entre os portuários, foi secretário do CE do PCB e um dos candidatos do partido à Assembleia Legislativa na Bahia, em 1947.

<sup>42</sup> AS LEIS de Getúlio não protegem os pobres. **O Momento**, Salvador, 18 abr. 1946. p. 2 e 6.

Decreto-lei nº 9.070, que restringia o direito de greve e criminalizava a prática grevista.<sup>43</sup>

As discussões acaloradas nas assembleias sindicais perante as propostas de greve, as tentativas por alguns dirigentes sindicais de evitar as paralisações e a decisão de outros sindicalistas de colocarem-se ao lado dos movimentos grevistas são sintomáticas das tensões e ambiguidades que marcaram as relações entre trabalhadores, ativistas e dirigentes sindicais naquela conjuntura. O apoio ao esforço de guerra e a colaboração com o processo de democratização vinculavam-se à expectativa de melhores condições de trabalho, dignidade e bem-estar social.

### **A ação direta e a via jurídica: os movimentos reivindicatórios de 1945 na Bahia**

No Brasil, como já foi demonstrado por numerosa historiografia, o biênio 1945/46 compreendeu uma conjuntura de reabilitação do movimento sindical, caracterizada pela retomada das experiências organizatórias e pela afluência de diversas ações reivindicativas dos trabalhadores. Com base em fonte jornalística, José R. Fontes arrolou 26 categorias de trabalhadores envolvidas em ações reivindicatórias, no decorrer de 1945, incluindo 6 dissídios coletivos e 8 movimentos grevistas. Em 1946, ele identificou 34 categorias, envolvidas em 17 dissídios coletivos e 7 paralisações.<sup>44</sup>

Embora esses números possam não representar a totalidade dos movimentos reivindicatórios trabalhistas no estado, visto que um relatório da Câmara de Justiça do Trabalho<sup>45</sup> dá conta do julgamento de 10 dissídios coletivos apenas em 1945 (4, portanto, a mais do que no inventário de Fontes), estes dados expressam, ao menos, uma tendência observada no período. A partir do levantamento de José R. Fontes, de novas visitas à fonte jornalística e de processos trabalhistas, conseguimos arrolar 19 ações grevistas no estado, no biênio 1945/46, sendo 10 em 1945 e 9 em 1946. A maioria dessas greves (17) concentrou-se entre maio de 1945 e março de 1946, na conjuntura do pós-guerra e de ampliação das liberdades

<sup>43</sup> Publicado em 15 de março de 1946, o Decreto-lei 9.070 antecipava-se à promulgação da Constituição e reafirmava princípios autoritários do Estado Novo que restringiam o direito de greve e criminalizavam a prática grevista. Ver: BRASIL. Decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em: 20 set. 2013.

<sup>44</sup> FONTES, op. cit., p. 162.

<sup>45</sup> ÁRDUA tarefa da Câmara de Justiça do Trabalho. **Diário da Bahia**, Salvador, 12 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2. Sobre o crescimento do número de reclamações trabalhistas na Bahia, no período em questão, ver tabela 5, apêndice F.

democráticas, compreendida entre o final do governo Vargas e o início do governo Dutra.

O afluxo da movimentação reivindicatória dos trabalhadores se associa às vicissitudes do processo de democratização e aos efeitos do “esforço de guerra”. No biênio 1945/46, o agravamento da situação econômica, o clima de euforia democrática e a divulgação da legislação trabalhista parecem ter favorecido essas ações. No caso mais específico dos dissídios, as recomendações do governo e do próprio movimento sindical pela via jurídica certamente contribuíram para a mobilização desse tipo de iniciativa. Aumentos salariais, melhores condições de trabalho, moradia, alimentação, dignidade e direitos trabalhistas foram os principais pleitos mobilizados pelos trabalhadores. Aliados a essas reivindicações, alguns setores içaram as bandeiras da liberdade, da autonomia e unidade sindical e do direito de greve.

As greves ocorridas em 1945, quase sempre, foram mobilizadas por comissões de empregados<sup>46</sup> nos próprios locais de trabalho e, na maioria das vezes, não tiveram a liderança, nem o apoio das diretorias sindicais. Entretanto, uma greve dos trabalhadores em usinas de açúcar do município de Santo Amaro, ocorrida em outubro, foi deflagrada em solidariedade ao presidente do sindicato da categoria Octávio Nunes da Silva, suspenso do trabalho pelo gerente da usina onde trabalhava.

A maioria dessas greves ocorreu no segundo semestre e envolveu reivindicações salariais. A questão salarial foi, sem dúvida, o elemento catalisador das inquietações que impulsionaram diversos movimentos reivindicatórios no estado, até o segundo semestre de 1946. Conquanto não se tenha localizado os desfechos de três delas, na maioria dos casos os resultados foram favoráveis ou parcialmente favoráveis aos trabalhadores. Outro aspecto a se destacar é a atuação da DRT e a participação de dirigentes sindicais na intermediação da conciliação.

Nessa conjuntura, a primeira greve sobre a qual se obteve notícia foi a dos ferroviários da ferrovia Ilhéus-Conquista,<sup>47</sup> deflagrada em maio de 1945. As poucas informações de que se dispõem dão conta de que, além de pleitearem aumento salarial, os trabalhadores protestavam contra a supressão de uma gratificação que recebiam desde a última majoração das tarifas de transporte. De acordo com o presidente do sindicato da categoria, o trabalhista João Batista de Souza, a bonificação

<sup>46</sup> Sobre a atuação das comissões de fábricas nesse contexto, ver: MARANHÃO, op. cit.; COSTA, op. cit.

<sup>47</sup> A ferrovia Ilhéus-Conquista era administrada pela concessionária britânica The State of Bahia South Western R. Company, através de seus prepostos no Brasil.

foi suprimida pela empresa, com o propósito de compensar o aumento do salário-mínimo e o pagamento do “salário compensação” instituído no contexto da guerra.<sup>48</sup>

A princípio, parece que a concessão da gratificação resultara de um acordo mobilizado pela empresa para justificar a majoração das passagens. Dessa feita, a supressão da bonificação seria uma tática patronal para burlar o aumento do salário-mínimo e o pagamento do “salário compensação” instituído pelo governo. Inicialmente, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Ilhéus suscitou dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, mas os patrões obtiveram ganho de causa. Fracassadas as tentativas de uma solução amigável ou jurídica, em 10 de maio de 1945 os ferroviários deflagraram a paralisação.<sup>49</sup>

Com o início da greve, o delegado regional do Trabalho, Amílcar de Faria Cardoni, dirigiu-se à cidade de Ilhéus e juntamente com a direção do sindicato intermediou as negociações entre os grevistas e a administração da ferrovia. Pressionados pela DRT, os empregados aceitaram uma contraproposta da diretoria, porém com a ressalva de que o aumento obtido não atendia às suas necessidades. Em dezembro, a categoria também pleiteou o abono de natal, mas não obteve êxito.<sup>50</sup> Transcorrida no contexto de organização do MUT e da realização do Segundo Congresso Sindical, a greve dos ferroviários de Ilhéus, de certa forma, contrariava a política de ordem e tranquilidade propugnada pelo PCB e o discurso de conciliação de classe preconizado pelo trabalhismo/queremismo.

Em junho, os tecelões da Companhia Valença Industrial (CVI), no Baixo Sul da Bahia, também ameaçaram deflagrar greve após fracassarem as tratativas com os empregadores de uma pauta de reivindicações, cujos principais pontos eram a redução da carga horária de trabalho de 10 para 8 horas e a supressão de uma taxa cobrada pela empresa a título de custeio do serviço de assistência médica e farmacêutica.

A princípio, a direção da fábrica refutou a primeira reivindicação, argumentando que sendo o trabalho remunerado por tarefa – na base da metragem do tecido produzido –, tanto perderia a empresa, quanto os operários com a redução da carga horária. Incitados pelo boato de que os patrões haviam concedido uma gratificação a um funcionário que não era bem querido entre os colegas, os empregados

<sup>48</sup> O salário compensação foi instituído pelo Governo Federal, através do Decreto nº 5979, de 10 de novembro de 1943, em decorrência do estado de guerra.

<sup>49</sup> O CORREIO Trabalhista ouve o Sr. João Batista de Souza, presidente do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus, sobre o movimento grevista dos ferroviários e as suas razões. **Correio Trabalhista**, Salvador, 19 mar. 1946. p. 2.

<sup>50</sup> *Ibidem*. Ver também: OS FERROVIÁRIOS de Ilhéus lutam contra a miséria. **O Momento**, Salvador, 4 mar. 1946. p. 1, 8.

ameaçaram paralisar a produção, caso não fossem atendidas, imediatamente, as suas reivindicações. É possível que os empregados tenham jogado com a ameaça de greve, com o intuito de favorecer uma negociação ou ainda com o propósito de provocar a instauração *ex officio* de um dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Acabou prevalecendo a primeira hipótese.<sup>51</sup>

A CVI é uma das mais antigas fábricas têxteis ainda em atividade no Brasil. Inaugurada no século XIX, a empresa mantinha um sistema de vila operária - traço mais evidente do paternalismo industrial - e exercia forte influência na administração da cidade de Valença e no cotidiano da sociedade local.<sup>52</sup> No contexto da ameaça de greve, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Município de Valença, fundado em 1935, era dirigido por uma junta governativa, que reivindicava seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Sua diretoria seguia uma linha trabalhista, baseada na cooperação com a direção da empresa. Nesse sentido, controlava os casos de admissão, disciplina e regularização do trabalho e mantinha um programa de assistência social, custeado pela fábrica, que incluía serviços médico, dentário, farmacêutico, hospitalar e auxílio doença para os associados.

À frente do sindicato estava o trabalhista Oldack Nascimento, candidato à Assembleia Nacional Constituinte pelo PTB, em dezembro de 1945, e também pleiteante a deputado estadual, em janeiro de 1947.<sup>53</sup> O movimento colocou à prova os limites do paternalismo industrial praticado pela direção da CVI, com a participação do sindicato dos empregados, que procurava amortecer as tensões trabalhistas e manter uma linha de colaboração entre patrões e empregados.

No final de julho, os empregados da fábrica de refrigerantes Fratelli Vita, em Salvador, declararam-se em “greve pacífica”, reivindicando entre 35% e 50% de aumento salarial. Mais uma vez, o delegado regional do Trabalho interveio,

<sup>51</sup> UMA VITÓRIA dos operários da Companhia Valença Industrial. **O Momento**, Salvador, 2 jul. 1945. p. 5.

<sup>52</sup> Ver: OLIVEIRA, Waldir Freitas de. **A industrial cidade de Valença**: um surto de industrialização na Bahia do século XIX. Salvador: UFBA, 1985; PAIXÃO, Neli R. **Ao soar do apito da fábrica**: idas e vindas de operárias(os) têxteis em Valença. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2006. Sobre o **sistema** de vila operária, ver: SANTOS, Mariléia Oliveira. **O viver na “Cidade do Bem”**: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010; LEITE LOPES, José Sérgio. **Fábrica e Vila Operária**: considerações sobre uma forma de dominação burguesa. In: LEITE LOPES, J. S. et. al. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 41-95; RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; DECCA, Maria A. G. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

<sup>53</sup> UM SINDICATO com um passado glorioso e um futuro promissor. **Correio Trabalhista**, Salvador, 5 fev. 1946. p. 2, 7.

solicitando a organização de uma comissão de trabalhadores grevistas para tratativas com os patrões. Depois de muita negociação, chegou-se a uma conciliação, que definiu percentuais escalonados entre 30%, 15%, 10% e 5% de aumento, de acordo com quatro faixas salariais. Aliado a isto, o titular da DRT comprometeu-se a providenciar o cumprimento dos preceitos legais referentes à instalação de um refeitório para os trabalhadores.<sup>54</sup>

A qualificação da greve como pacífica podia representar uma estratégia tanto para contornar os dispositivos repressivos remanescentes do Estado Novo, quanto para acomodar a prática grevista com os princípios de conciliação, ordem e tranquilidade preconizados pelos interlocutores políticos do movimento sindical. A inexistência de qualquer referência ao sindicato e a orientação da DRT para que os trabalhadores constituíssem uma comissão de negociação, tanto ratificam o alheamento do organismo classista em relação ao movimento, quanto sinalizam a falta de representatividade da diretoria junto à base.<sup>55</sup>

Contudo, o movimento de maior repercussão no segundo semestre de 1945, tanto pela duração quanto pelo número de trabalhadores envolvidos, foi a greve geral dos tecelões em Salvador, por aumento de salários e pleiteando uma convenção coletiva de trabalho. Desde maio, essas reivindicações eram negociadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem na Bahia, com a intermediação da DRT. Das tratativas, resultou um acordo na base de 30% de aumento para os operários que trabalhavam por produção (empreitada/tarefa) e 20% para os diaristas e mensalistas.

Entretanto, o acordo foi recusado pelos empregados das fábricas São João e Paraguaçu, que se declararam em greve, reivindicando 50% para os tarefeiros e 40% para os demais. Em 20 de julho, comissões de trabalhadores dessas duas fábricas - possivelmente piquetes - percorreram outras unidades têxteis situadas na zona de Itapagipe,<sup>56</sup> concitando os companheiros a paralisar a produção. Embora haja controvérsia na imprensa acerca do número imediato de adesões<sup>57</sup>, o movimento teve força suficiente para provocar a reabertura das negociações.<sup>58</sup>

<sup>54</sup> REIVINDICAÇÕES trabalhistas. Os operários da fábrica Fratelli Vita foram aumentados nos seus salários. **O Imparcial**, Salvador, 27 jul. 1945. p. 2.

<sup>55</sup> Provavelmente, a categoria estava enquadrada no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias e Bebidas em Salvador.

<sup>56</sup> Bairro proletário em Salvador, que concentrava várias fábricas têxteis e numerosas moradias operárias.

<sup>57</sup> De acordo com **O Imparcial** (26 jul. 1945, p. 2), o movimento alcançou numerosa adesão. Segundo a reportagem de **A Tarde** (20 e 23 jul. 1945), as comissões não tiveram sucesso, ficando o movimento restrito às fábricas São João e Paraguaçu.

<sup>58</sup> ESTALOU, ontem, uma greve geral, pacífica, dos tecelões da Bahia. **O Imparcial**, 21 jul. 1945, p. 8; FONTES, J. op. cit., p. 191. Ver também **A Tarde**, 20 jul. 1945; **O Momento**, 23 jul. 1945.

Logo em seguida, o delegado regional do Trabalho, seu assistente sindical e o presidente do Sindicato dos Tecelões deslocaram-se para uma das fábricas paralisadas, a fim de promover uma conciliação. A princípio, o titular da DRT apresentou uma contraproposta na base de 35% de aumento para os tarefeiros e 25% para os diaristas e mensalistas, além da instalação nas fábricas de armazéns destinados a fornecer gêneros de primeira necessidade mais baratos aos operários. Também prometeu estudar a possibilidade de construção de habitações para os trabalhadores em terrenos baldios pertencentes às Companhias de tecidos. Aliados aos baixos salários, a carestia de vida e as dificuldades de moradia eram problemas prementes entre os trabalhadores baianos, frequentemente noticiados na imprensa.

Mais uma vez, a proposta foi rejeitada por uma parte dos grevistas e também pelos patrões. Os empregados diaristas e mensalistas recusaram o percentual que lhes foi oferecido e decidiram continuar em greve.<sup>59</sup> Em nova rodada de negociação, ficou acordado que esses operários teriam percentuais de reajuste variáveis entre 30%, 25% e 15%, de acordo com três faixas salariais.<sup>60</sup>

Desta feita, alegando dificuldades financeiras, a Companhia União Fabril dos Fiais divergiu do acordo. Com efeito, seus cerca de 300 empregados declararam-se em “greve pacífica”, constituíram uma numerosa comissão e dirigiram-se à DRT, pleiteando o mesmo tratamento conferido aos empregados das outras fábricas têxteis. Na noite do dia 25, o delegado do Trabalho promoveu nova reunião com os grevistas e a direção da fábrica. Segundo a reportagem de *O Imparcial*, a audiência foi bastante concorrida, ocupando totalmente o salão da escola da Companhia e “espalhando-se pelos arredores do edifício”.<sup>61</sup>

Após acalorado debate, um acordo definiu a elevação de 30% nos salários gerais. Além do aumento salarial indiferenciado para todos os empregados, foram contempladas outras demandas sentidas pelos trabalhadores: a instalação de um armazém financiado pela Companhia e dirigido pelo sindicato dos trabalhadores, sem fins lucrativos, para fornecimento de gêneros alimentícios para os empregados; rigoroso controle nas medições e no cálculo da produção realizada pelos tarefeiros; cumprimento dos preceitos legais referentes à instalação de um refeitório e imediata atualização das carteiras profissionais.

<sup>59</sup> FONTES, J. R., **A Bahia de todos os trabalhadores**, op. cit., p. 191. Ver também: **A Tarde**, 23 jul. 1945. s/p.

<sup>60</sup> O acordo definiu um reajuste escalonado na proporção de 30% para os que ganhassem de 12 a 15 cruzeiros por dia; 25% para os que recebessem de 15 a 40 cruzeiros e 15% para aqueles que ultrapassassem a faixa de 40 cruzeiros de vencimentos diários. FONTES, op. cit., p. 191. Ver também: **A Tarde**, 25 jul. 1945.

<sup>61</sup> EM GREVE os operários da Cia. Fabril dos Fiais. **O Imparcial**, Salvador, 25 jul. 1945, p. 3; Mais uma greve solucionada na Bahia. **O Imparcial**, Salvador, 26 jul. 1945. p. 2.

Ao fim e ao cabo, a persistência e a coesão dos empregados da Fiais renderam melhores resultados do que no acordo obtido pelos colegas das outras fábricas. Por seu turno, o sindicato da categoria apesar de não ter tomado a frente na greve (embora tenha intermediado as negociações antes e durante a paralisação), obteve o controle do armazém de abastecimento.

“Mais uma greve solucionada na Bahia”. Com este título, a reportagem de *O Imparcial* noticiou o fim da paralisação. A chamada da matéria tanto sugere uma rotina grevista no estado, naquela conjuntura, quanto traz a marca da linha editorial do jornal, que então preconizava a união e a colaboração de classes “em defesa da paz, da democracia e do progresso nacional”. Por seu turno, o periódico comunista *O Momento* ressaltou que os trabalhadores haviam compreendido o delicado momento em que viviam e procuraram resolver seus problemas imediatos em cooperação com a DRT e com os empregadores, ao ponto de serem elogiados pelos “patrões progressistas” e pelas “autoridades do Ministério do Trabalho”.<sup>62</sup>

A greve dos têxteis ilustra bem as ambivalências do movimento sindical no decorrer de 1945. Inicialmente, a diretoria do sindicato assumiu a campanha salarial, conduzindo as negociações intermediadas pelo delegado regional do Trabalho dentro dos parâmetros instituídos. No decorrer do processo, foi surpreendida ou talvez conivente com a deflagração da greve pela base. A partir desse momento, comissões operárias<sup>63</sup> assumiram a liderança do movimento e a condução das negociações, enquanto o sindicato procurava intermediar os entendimentos juntamente com a DRT. O movimento não só explicitou ambiguidades na relação do sindicato com as bases, como evidenciou diferenças contratuais e salariais entre os empregados das fábricas têxteis.

Na Bahia, os operários têxteis constituíam um dos segmentos operários mais representativos, seja em termos econômicos, em peso numérico ou tradição organizativa. Apesar do estado obsoleto de boa parte do maquinário, sobretudo devido às dificuldades de importação decorrentes da conjuntura da guerra, e de problemas estruturais envolvendo custos de produção e concorrência, a indústria têxtil foi favorecida com o aumento dos preços dos tecidos, o crescimento das vendas e o controle dos salários, durante o esforço de guerra, elevando assim as suas margens de lucro. Em contrapartida, no mesmo período, os empregados experimentaram a elevação do custo de vida, defasagem salarial, ampliação da carga horária de trabalho e restrições a outros direitos trabalhistas. Esse conjunto de fatores, tanto ajuda a explicar o estado de mobilização da categoria, quanto a sua

<sup>62</sup> Em greve os operários da Cia. Fabril dos Fiais, op. cit.; Mais uma greve solucionada na Bahia, op. cit.

<sup>63</sup> A respeito do papel das comissões de fábricas nessa conjuntura, ver: COSTA, op. cit.

pauta de reivindicações que incluía melhores condições de trabalho, moradia e alimentação. Também justifica os resultados alcançados pelo movimento.

No final da Segunda Guerra, os tecelões protagonizaram alguns dos principais movimentos grevistas na capital Salvador. No início de agosto, os empregados da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN) também cruzaram os braços, em solidariedade aos contramestres que pleiteavam gratificações sobre os lucros líquidos da empresa. A reivindicação foi refutada pela direção da empresa, que alegou inexistência de fundamento legal e impossibilidade de abrir precedente contrário à “ordem econômica”, em face das determinações relativas à produção de tecidos populares, instituídas pelo governo durante a mobilização econômica, no contexto do estado de guerra.<sup>64</sup>

Fundada na última década do século XIX pelo industrial Luiz Tarquínio, a CEIN é considerada a empresa pioneira na implantação do sistema de vilas operárias na Bahia e um caso exemplar de gestão do trabalho baseada no paternalismo industrial, articulando práticas de assistência social, disciplina e controle dos empregados.<sup>65</sup> Na época da greve, segundo Mariléia Santos, “a Companhia ainda era uma das 15 maiores empresas têxteis do país e uma das 3 maiores do Norte-Nordeste, considerando produção em metros, capital empregado, número de teares e de operários”.<sup>66</sup>

Segundo essa mesma autora, a direção da CEIN vinha adotando medidas de contenção de despesas que implicaram, sobretudo, restrições nos serviços de assistência social e alterações na vila operária. Isto permitiu que os lucros permanecessem bastante significativos. Tanto que foi possível encomendar novos maquinários, como caldeira, turbina e outros acessórios para a construção de uma nova instalação de força motriz, visando a atender a “indispensável remodelação” da maquinaria recomendada no relatório de 1944.<sup>67</sup> Por outro lado, a restrição dos benefícios deve ter frustrado interesses e expectativas dos empregados, contrariando a lógica do paternalismo industrial e aguçando as tensões nas relações de trabalho. Tomadas em conjunto, essas circunstâncias favoreceram a mobilização da ação reivindicatória.

<sup>64</sup> EM GREVE, ainda, os operários da Cia. Empório Industrial do Norte. **O Imparcial**, Salvador, 4 ago. 1945. p. 4.

<sup>65</sup> SANTOS, Mariléia Oliveira. **Empório da utopia**: o projeto industrial de Luiz Tarquínio. 2000. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

<sup>66</sup> Ibidem. **O viver na “Cidade do Bem”**: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 175.

<sup>67</sup> Cf. Relatório da Companhia Empório Industrial do Norte relativo ao exercício de 1945, op. cit.

Para tentar conter o movimento grevista, o delegado do Trabalho procurou convencer os empregados de que as gratificações pleiteadas não constavam entre as reivindicações discutidas e aprovadas, por seu intermédio, para a solução da última greve das indústrias de tecelagem do estado. Ressaltou ainda que estava sendo providenciada a instalação dos armazéns para fornecimento de gêneros alimentícios, sem fins lucrativos, aos operários e suas famílias. Por fim, condenou veementemente o movimento “pela sua ilegalidade” e por representar “fator contrário à solução conciliatória”.<sup>68</sup> Fracassadas as primeiras tentativas de entendimento, foi marcada uma nova reunião, contudo não foi localizado o desfecho da greve. Provavelmente chegou-se a uma conciliação.

Organizado por comissões de empregados, o movimento não teve o apoio do Sindicato dos Tecelões, que juntamente com a DRT havia intermediado a conciliação na greve de julho. Como já indicaram outros estudos, as comissões de fábricas tiveram papel crucial nos conflitos de trabalho desse período. Geralmente surgidas em caráter provisório para encaminhar pequenas reivindicações, segundo Ricardo Maranhão muitas delas se formavam “mesmo quando não havia orientações explícitas de grupos partidários ou sindicais”.<sup>69</sup>

A indústria têxtil se destacava pela manutenção de práticas de gestão, controle e disciplina do trabalho, baseadas no paternalismo industrial e no sistema de vilas operárias. Neste sentido, a CEIN do célebre patrono Luiz Tarquínio, e a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia (CPUFB), que integrava as fábricas São João, Conceição, Salvador e Paraguaçu, dirigida pelo herdeiro da família Martins Catharino e futuro presidente do Serviço Social da Indústria (SESI), o empresário Augusto Viana, eram casos exemplares. A incidência dessas greves colocava à prova os limites da eficácia desse sistema de gestão para assegurar uma estabilidade duradoura das tensões trabalhistas.

No segundo semestre de 1945, o delegado regional do Trabalho na Bahia, Amilcar Cardoni, teve que se desdobrar para fazer valer seu propósito conciliatório em face da onda de mobilizações, sobretudo por pleitos salariais, que envolveu diversas categorias de trabalhadores. Simultaneamente com a greve dos tecelões da CEIN, a DRT intermediou negociações entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias e Bebidas e os proprietários de moinhos na capital, por aumento de salário.<sup>70</sup> Pelo mesmo motivo, interveio para solucionar uma greve dos empregados no serviço telefônico de Salvador.

<sup>68</sup> EM GREVE, ainda, os operários da Cia. Empório Industrial do Norte, op. cit.

<sup>69</sup> MARANHÃO, op. cit., p. 67. Ver também: COSTA, op. cit.

<sup>70</sup> O AUMENTO de salários dos empregados em moinhos na Bahia. **O Imparcial**, Salvador, 4 ago. 1945. p. 4.

Em meados de outubro, cerca de 5 mil empregados de nove usinas de açúcar deflagraram greve em solidariedade ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro (STIASA), Octávio Nunes da Silva, suspenso do serviço pelo gerente da usina onde trabalhava. Na época, o STIASA destacava-se na defesa das reivindicações dos canavieiros, galgando prestígio, reconhecimento e representatividade junto à sua base. Juntamente com outras ações, o grêmio movimentava um dissídio coletivo no Conselho Regional do Trabalho (CRT), questionando a aplicação dos “descontos para utilidades” pelos patrões, motivo que desencadeou uma greve em fevereiro de 1946. Os empregados consideraram a medida administrativa como uma retaliação contra o sindicalista e decidiram que só voltariam ao trabalho com a revogação da punição.<sup>71</sup> No terceiro dia de greve, com a intermediação do delegado do Trabalho, a direção da usina revogou a suspensão e os canavieiros suspenderam imediatamente a paralisação.<sup>72</sup>

Em geral, essas greves tanto foram motivadas pelo agravamento das condições de vida e de trabalho dos empregados, durante a conjuntura de guerra, quanto foram embaladas pela euforia democrática que acompanhou o anúncio de medidas como a anistia, libertação de presos políticos, criação de novos partidos, legalização do PCB, convocação de eleições para Assembleia Constituinte e para Presidência da República, a campanha eleitoral e a organização dos sindicatos. Por vezes, essas greves causavam divisões entre os próprios trabalhadores, que divergiam entre a disposição para paralisação e o temor de retaliações pelo empregador, repressão policial e sanções jurídicas.

No final de outubro, a deposição de Getúlio Vargas e a posse de José Linhares implicaram a substituição do ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, prócere trabalhista e getulista, pelo antigo interventor federal no Ceará, Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça.<sup>73</sup> Na Bahia, em conformidade com o esquema de “governo dos magistrados” foi nomeado interventor federal o desembargador João Vicente Bulcão Viana, em substituição ao General Renato Onofre Pinto Aleixo, queremista e articulador da fundação do PSD na Bahia.<sup>74</sup> Em janeiro de 1946, o

<sup>71</sup> NO CONTEXTO da transição democrática, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar do Recôncavo alcançou expressiva representatividade junto à categoria, saltando de 400 associados em 1943 para 10.000 em 1946. (10 mil operários do Recôncavo lutam por uma vida melhor e mais digna. **O Momento**, Salvador, 4 mar. 1956. p. 1- 8.)

<sup>72</sup> AS USINAS voltaram a funcionar. Cinco mil operários estiveram solidários com o presidente do seu sindicato. **O Imparcial**, Salvador, 20 out. 1945. p. 2.

<sup>73</sup> Alexandre Marcondes Filho ocupou a Pasta do Trabalho de 29 dez. 1941 a 29 out. 1945. Já seu sucessor, Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça, assumiu em 31 out. 1945 e permaneceu até 31 jan. 1946.

<sup>74</sup> O General Renato Onofre Pinto Aleixo nasceu no Rio de Janeiro, era remanescente do tenentismo na década de 1920. Na Bahia, era Comandante da VI Região Militar, em Salvador, quando foi nomeado interventor federal em 24 nov. 1942, permanecendo no cargo até 28 ago. 1945. No final do Estado

alagoano Sebastião Muniz Falcão<sup>75</sup> substituiu Amílcar de Faria Cardoni na DRT. Embora o golpe de outubro tenha provocado a prisão de algumas importantes lideranças sindicais, as mudanças institucionais então processadas não alteraram substancialmente o curso das reivindicações trabalhistas na Bahia.<sup>76</sup> Entretanto, essas mudanças institucionais e os desdobramentos da campanha eleitoral para a Presidência da República e a Assembleia Nacional Constituinte não deixaram de impactar na movimentação dos trabalhadores.

No final de dezembro, uma greve dos transviários da CLC, pelo abono de natal, expôs alguns aspectos da movimentação sindical nessa conjuntura. Deflagrado no momento em que o PCB realizava uma avaliação da sua participação nas eleições para a Assembleia Constituinte e a Presidência da República, que o levaria a reivindicar uma atuação mais efetiva de sua militância junto às “massas operárias”,<sup>77</sup> esse movimento tanto expôs a ambiguidade dos comunistas, quanto as reações das autoridades e dos patrões perante os movimentos grevistas.

Desde novembro, os empregados das Companhias Linha Circular e de Energia Elétrica da Bahia tentavam uma negociação direta com os empregadores, pleiteando o abono de natal. Inicialmente, um memorial foi dirigido às empresas, mas os patrões refutaram a possibilidade de atendimento do pleito, alegando dificuldades econômicas. No final de dezembro, quando a questão do abono já motivava greves nas concessionárias desses serviços públicos em importantes cidades brasileiras, essas empresas conseguiram obter um compromisso dos respectivos sindicatos de que os empregados permaneceriam trabalhando enquanto aguardavam um posicionamento dos organismos governamentais. Contudo, contrariando o posicionamento da diretoria do sindicato, em 30 de dezembro os empregados da CLC paralisaram os serviços de tráfego de bondes e elevadores em Salvador.<sup>78</sup>

---

Novo, foi articulador da fundação do PSD na Bahia, partido pelo qual foi eleito para o Senado Federal nas eleições de dezembro de 1945. Seu sucessor, João Vicente Bulcão Viana, era baiano de São Francisco do Conde e radicado no Rio de Janeiro, onde exerceu os cargos de auditor da Marinha, procurador geral da Justiça Militar e ministro do Supremo Tribunal Militar, com honras de general. Estava na reserva quando foi nomeado pelo presidente José Linhares interventor federal na Bahia, permanecendo no cargo de 8 nov. 1945 a 19 fev. 1946. (Cf. TAVARES, op. cit., p. 453).

<sup>75</sup> Sebastião Marinho Muniz Falcão assumiu a DRT na Bahia em janeiro de 1946 e permaneceu no cargo até abril de 1947. Era jornalista e aluno do curso de Direito na Faculdade de Alagoas, onde se formou em 1947. Antes de vir para a Bahia, já tinha exercido o mesmo cargo em Sergipe. (Cf. FONTES, op. cit., p. 235).

<sup>76</sup> FALCÃO, João. **Valeu a pena**: desafios da minha vida. Brasília; Salvador: Fundação Astrogildo Pereira; Ponto e Vírgula, 2009. p. 185-187.

<sup>77</sup> Ver: MARIHELIA, Carlos. As lições da campanha eleitoral. **O Momento**, Salvador, 10 dez. 1945. p. 2, 7. Ver também: SILVA, João Batista de Lima. Devemos colocar o partido à frente da massa. **O Momento**, Salvador, 7 jan. 1946. p. 2, 7; POMAR, Pedro. Informe sobre o trabalho de massas. **O Momento**, Salvador, 4 fev. 1946. p. 2, 7.

<sup>78</sup> FONTES, op. cit., p. 200.

Na capital baiana, os transviários constituíam uma categoria numerosa e vital, composta de milhares de trabalhadores que exerciam as funções de motorneiros, condutores, fiscais, trabalhadores nas oficinas. Logo cedo, a cidade tomou conhecimento da greve, pois nenhum bonde circulou pela manhã. Sem o apoio do sindicato, os grevistas constituíram uma comissão, composta pelo motorneiro José Barbosa<sup>79</sup> e pelos fiscais Agribaldo Fernandes Souza e Oscar Souza Mendonça, para dirigir o movimento e representá-los nas negociações. Entrementes, havia a expectativa de interrupção do serviço de energia elétrica, mas não se confirmou.<sup>80</sup>

Mais uma vez, a intermediação da DRT e de autoridades públicas concorreu para a conciliação do movimento. Recém-empossado no cargo, o delegado do Trabalho, Sebastião Muniz Falcão, tentou promover um entendimento, mas a direção da empresa condicionou o pagamento do abono à majoração das tarifas de transporte. Essa era uma estratégia frequentemente utilizada pela empresa para promover o aumento da passagem. Por seu turno, os empregados só admitiam voltar ao trabalho com o compromisso do Ministro do Trabalho de que a questão seria resolvida, como fizera com os empregados da Light no Rio de Janeiro, e com a garantia de que a empresa acataria imediatamente o que fosse determinado por aquela autoridade administrativa. Conforme determinação do governo federal José Linhares, o Ministro Carneiro de Mendonça condicionou a apreciação da pauta de reivindicação ao imediato retorno dos grevistas ao trabalho.<sup>81</sup>

Diante do impasse, os grevistas solicitaram a mediação do interventor federal na Bahia, Bulcão Viana. Apesar da interlocução do mandatário estadual, o ministro do Trabalho permaneceu intransigente, condicionando uma apreciação do caso à suspensão da paralisação. Afirmou ainda que a concessão do abono implicaria um aumento de dez por cento na tarifa de transporte, visto que o governo não assumiria o ônus em lugar da empresa.<sup>82</sup> Os grevistas tentaram obter uma garantia do pagamento do abono, com a suspensão do movimento, mas não obtiveram êxito. Sem sucesso, decidiram retornar ao trabalho e aguardar uma solução. No início de janeiro, o Ministério do Trabalho fixou o abono de Cr\$ 400,00 a ser pago, indistintamente, a todos os empregados.<sup>83</sup> Em contrapartida, os “cabeças” da greve

<sup>79</sup> José Barbosa Lima, motorneiro da Cia. Linha Circular, foi identificado por um informante do DOPS como agitador comunista e um dos responsáveis pelas greves na empresa. Sobre os outros membros da comissão não encontramos referências (Cf. APERJ, fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, s.d., fls. 357/63)

<sup>80</sup> GREVE pacífica para a concessão do abono. **O Momento**, Salvador, 31 dez. 1945. p. 1, 8.

<sup>81</sup> GREVE..., op. cit.

<sup>82</sup> Ibidem. GREVE pacífica para a concessão do abono, op. cit.

<sup>83</sup> FONTES op. cit., p. 202.

foram submetidos a inquérito policial instaurado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS).<sup>84</sup>

A cobertura de *O Momento* expressou bem a ambiguidade da militância comunista naquela conjuntura, comprometida com a orientação de ordem e tranquilidade preconizada pelo PCB e, ao mesmo tempo, sendo instada a apoiar as greves dos trabalhadores sob a pena de perder o vínculo com as bases. O jornal comunista apoiou a greve, justificando que antes de apelar para aquele “recurso extremo” os transviários se valeram de todos os meios legais disponíveis, sem que fossem atendidos pelos empregadores. Enfatizou ainda que os grevistas deram um “magnífico exemplo patriótico”, agindo “dentro da ordem e da tranquilidade”. Mas, advertiu que ordem e tranquilidade não significam passividade, nem deixar os patrões fazerem “o que bem entenderem”.<sup>85</sup>

Tomadas em conjunto, as greves ocorridas na Bahia no decorrer de 1945 permitem algumas observações. A princípio, a maioria dessas ações grevistas foi liderada por comissões de trabalhadores, sem o apoio dos sindicatos, evidenciando, assim, a ambivalência na relação da direção com as bases sindicais. Não havia uma relação simétrica entre os comportamentos dos trabalhadores e os discursos dos seus principais interlocutores políticos, o PCB e o getulismo/trabalhismo. Nem tampouco com o deleite dos liberais. No cotidiano da ação sindical, as demandas dos trabalhadores por aumento de salários, abono de natal, melhores condições de trabalho, contra o despotismo fabril e pelos direitos trabalhistas, soavam mais alto do que os discursos e a retórica do PCB (e também dos trabalhistas getulistas), que apelavam para que apertassem o cinto, protelassem suas reivindicações. Aliadas a essas demandas, reivindicavam liberdade e participação política.

## Considerações finais

Ao fim e ao cabo, greves e disputas jurídicas foram, muitas vezes, ações complementares mobilizadas pelos trabalhadores na luta por direitos. Certas vezes, a ameaça ou a materialização de uma greve tinha como propósito suscitar um dissídio coletivo *ex officio* ou pressionar os tribunais a aprovar reivindicações que tramitavam em juízo. Também podiam decorrer do descumprimento ou protelação de algum acordo ou decisão da Justiça do Trabalho por parte do empregador. Por outro lado, o fracasso de uma greve nos seus objetivos imediatos, retaliações e punições

<sup>84</sup> PROSSEGUE o Inquérito. **O Momento**, Salvador, 4 fev. 1946. p. 1, 8.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

decorrentes da participação em ações grevistas também podiam suscitar dissídios e reclamações na Justiça do Trabalho.

Na Bahia, aliadas às greves, dissídios coletivos e reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho, as ações reivindicatórias dos trabalhadores incluíram a utilização de espaços alternativos, especialmente a imprensa operária, para a publicitação de suas queixas e reivindicações, e o encaminhamento de memoriais (ou petições) aos empregadores, na tentativa de obter uma negociação direta. Outras vezes, os empregados também admitiam ou mesmo requisitavam a intervenção de mediadores externos, a exemplo da DRT, de representações sindicais, advogados, autoridades administrativas e legislativas, quando as negociações emperravam. Este estudo analisa essas diversas ações reivindicatórias mobilizadas pelos trabalhadores na luta por direitos, no contexto da redemocratização.

Como assinalado por Souza,<sup>86</sup> em recente estudo, geralmente a greve não era o primeiro e, certas vezes, também não era o último nem o principal recurso acionado pelos trabalhadores na luta por direitos. Frequentemente, era precedida de tentativas de negociação direta, da busca de mediadores para tentar uma conciliação e, inclusive, da abertura de dissídios coletivos na Justiça do Trabalho. Por outro lado, o término de uma greve podia se desdobrar em dissídios coletivos e reclamações individuais na Justiça do Trabalho, notadamente quando não alcançava êxito na pauta de reivindicações ou para a reparação de retaliações impostas aos grevistas.

Como assinalou Ricardo Maranhão, na conjuntura que se abriu com o desfecho da Segunda Guerra, o tema “da construção da democracia reorientou particularmente as ações e as expectativas referentes ao movimento operário”. Diante de “uma mobilização e participação da classe operária nunca antes vista na história do Brasil, as atenções dos grupos políticos se voltam para ela, mesmo que para propor sua exclusão”.<sup>87</sup> No decorrer de 1946, as restrições jurídicas e administrativas ao direito de greve, a ameaça de retrocessos no processo democrático e a permanência da coerção policial aliada ao despotismo patronal contribuíram para o arrefecimento do ímpeto grevista e para o incremento de outras ações reivindicatórias, a exemplo da tentativa de obter uma negociação direta, da busca pela intermediação das autoridades constituídas e dos dissídios coletivos e reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho.

Recebido em 31/07/2019

Aprovado em 11/10/2019

<sup>86</sup> SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. **Lei e costume**: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Ba, 1940-1960). Salvador: EDUFBA, 2012.

<sup>87</sup> MARANHÃO, op. cit., p. 19.